

Em sua impugnação, a empresa **TRAÇADO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA** argumenta sobre exigência de Licença de Operação (LO) constante do item 9.12.1.2 do edital, é ilegal, que dispõe:

9.12.1.2. Licença de Operação Ambiental (LO): Licença de Operação (LO) ambiental vigente, emitido por órgão ambiental competente, autorizando o exercício das atividades relacionadas ao fornecimento dos materiais objeto deste certame.

O Objeto a ser licitado, embora a cláusula 1 do edital do Pregão Eletrônico dispor que é **AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ASFÁLTICOS**, em sentido genérico, no termo de referência, Anexo I, e Relação dos Objetos, Anexo II, constam os seguintes itens:

ANEXO II – RELAÇÃO DOS OBJETOS

ITEM	SERVIÇO / ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT.	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	Cimento asfáltico de petróleo (CAP 30/45)	Ton	1000	5.483,83	5.483.830,00
02	Emulsão asfáltica RM-1C	Ton	1000	4.220,02	4.220.020,00
03	Asfalto diluído CM-30	Ton	80	7.164,87	573.189,60
TOTAL					10.277.039,60

Impugna a cláusula sob a alegação de que tal exigência é para fornecimento do item **Cimento Asfáltico (CAP) 50/70**, que sofre industrialização, e não para os itens que serão licitados, tais como cimento asfáltico (CAP) e asfalto diluído, pois “O CAP e o ADP CM-30 são produtos convencionais, retirado da refinaria e entregues diretamente a Contratante, não ocorrendo sua industrialização, alteração e/ou modificação nas usinas das licitantes.

E que para a comercialização e distribuição de insumos asfálticos é apenas necessária a autorização da Agência Nacional de Petróleo, conforme determina a Resolução nº 2 de 14/01/2005/ANP - Agência Nacional do Petróleo, considerando que “a **Licença de Operação versa sobre os produtos a serem produzidos, modificados, operados e/ou alterados na atividade industrial, tais como as Emulsões Asfálticas (RR-1C, RR-2C, RM-1C, ...)** ou até mesmo o Cimento Asfáltico quando modificado”, o que não seria da licitação cujo edital impugna.



Que “O CAP e o ADP CM-30 **são produtos convencionais**, retirado da refinaria e entregues diretamente a Contratante, não ocorrendo sua industrialização, alteração e/ou modificação nas usinas das licitantes. Tão assim o é, que para a comercialização e distribuição de insumos asfálticos é, apenas e tão somente, necessária a autorização da Agência Nacional de Petróleo, conforme determina a Resolução nº 2 de 14/01/2005/ANP - Agência Nacional do Petróleo”.

Que, “conforme se depreende do Anexo I da Resolução nº 237/97 do CONAMA (anexa), a distribuição de insumos asfálticos derivados de petróleo que não sejam fabricados, industrializados e/ou processados, independe da exigência de Licença de Operação”.

Por fim, que “mostra-se desarrazoada a exigência de apresentação de Licença de Operação pelas Licitantes para o fornecimento dos itens **CAP 50/70 e CM-30**, o que, por derradeiro, acaba restringindo o grau de competitividade da licitação, por isso a necessária retificação do edital, retirando a exigência de apresentação da mencionada licença”.

Em resposta à impugnação, anexada no evento #3, o Secretário Municipal de Obras – órgão solicitante, argumenta que “O CAP 30/45 e o Asfalto Diluído CM-30 são classificados como produtos perigosos, conforme a Resolução ANTT nº 5.998/2022, que aprova o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos e suas Instruções Complementares. O CM-30 é classificado como líquido inflamável, enquadrando-se na Classe de Risco 3 – Líquidos Inflamáveis, Número ONU 1999, sendo, portanto, considerado carga perigosa para transporte. O CAP 30/45 está classificado na Classe de Risco 9 – Líquido a temperatura elevada, Número ONU 3257”.

Que, “O CAP 30/45 pode ser transportado da refinaria em temperatura elevada, condição necessária para manter sua fluidez. Durante o percurso, ocorre perda de temperatura, tornando o produto mais viscoso. Para garantir o transbordo total e seguro do produto entre o tanque da carreta e o tanque final da Administração, é necessário o aquecimento do tanque da carreta no momento da descarga, procedimento que caracteriza manipulação e modificação de produto perigoso, reforçando a necessidade de licenciamento ambiental para transporte e operação segura”.

Que “a Lei nº 6.938/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente) e a Resolução CONAMA nº 237/1997 dispõem que atividades efetiva ou potencialmente poluidoras dependem de licenciamento ambiental. O art. 2º da Resolução CONAMA nº 237/1997 estabelece que a localização, construção, instalação, ampliação, modificação e operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras dependem de prévio licenciamento do órgão ambiental competente”:

"Art. 2º A localização, construção, instalação, ampliação, modificação e operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, bem como os empreendimentos capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento do órgão ambiental competente”.

Que “a exigência da LO não constitui restrição indevida à competitividade, mas medida de segurança técnica e jurídica. Garante que apenas empresas aptas, regularizadas e autorizadas pelos órgãos ambientais e pela ANP possam fornecer os produtos, assegurando conformidade legal, segurança operacional e preservação do meio ambiente, em consonância com o princípio da precaução”.

Por fim, que “Diante do exposto, a Secretaria de Obras Públicas, Urbanização e Transporte opina por indeferir a impugnação apresentada pela empresa TRAÇADO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA., mantendo-se inalterada a exigência de apresentação da Licença de Operação Ambiental (LO) para o fornecimento dos itens CAP 30/45 e CM-30, nos termos do edital, considerando”:

- 1 - O CAP 30/45 pode ser transportado em temperatura elevada, exigindo aquecimento do tanque da carreta para transbordo seguro e total do material, caracterizando manipulação e modificação de produto perigoso;
- 2 - O CM-30 é líquido inflamável, sendo seu transporte enquadrado como carga perigosa;
- 3 - O transporte e operação desses produtos configuram manipulação de cargas perigosas, exigindo licenciamento ambiental conforme legislação federal (Lei nº 6.938/1981 e Resolução CONAMA nº 237/1997);
- 4 - O pedido de impugnação refere-se ao CAP 50/70, e não ao CAP 30/45 constante do edital, tornando a alegação desconexa com o objeto licitatório.

CONCLUSÃO:

Entendo com razão o Secretário Municipal de obras.

Entendo que a LO – Licença de operação, refere-se a operação a qualquer título – licença ambiental, e não somente à fabricação, modificação e ou transformação do produto asfáltico, conforme exigido na cláusula 9.12.1.2, pois trata-se de **“licença de operação (LO) ambiental vigente, emitido por órgão ambiental competente, autorizando o exercício das atividades relacionadas ao fornecimento dos materiais objeto deste certame”**, a única exigência editalícia específica aos interessados em contratar – fornecer – produtos asfálticos. Embora a empresa não irá fabricar o produto, a mesma irá operar o seu transporte, devendo garantir a preservação do meio ambiente no transporte das mencionadas mercadorias, conforme estabelece a Resolução n. 237/1997 da COMANA, uma vez tratar-se de carga perigosa com potencial risco ao meio ambiente em seu transporte.

Dispõe a Resolução n. 237/1997 – CONAMA:

Art. 1º Para efeito desta Resolução são adotadas as seguintes definições:

I - Licenciamento Ambiental: procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso.

II - Licença Ambiental: ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente, estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental.
(sublinehei)

Art. 2º A localização, construção, instalação, ampliação, modificação e operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, bem como os empreendimentos capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento do órgão ambiental competente, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis.

§ 1º Estão sujeitos ao licenciamento ambiental os empreendimentos e as atividades relacionadas no anexo 1, parte integrante desta Resolução.



§ 2o Caberá ao órgão ambiental competente definir os critérios de exigibilidade, o detalhamento e a complementação do anexo 1, levando em consideração as especificidades, os riscos ambientais, o porte e outras características do empreendimento ou atividade.

Dessa forma, entendo exigível a licença de operação por se tratar de transporte de produto químico potencialmente poluidor, não sendo crível a sua necessidade somente na fabricação e ou transformação, mas também quanto ao transporte, nos termos do art. 1º, II da Resolução N. 237/1997 – CONAMA, considerando seu elevado grau de agente poluidor.

Ademais, a impugnante alega que tal exigência seria para o produto CAP 50/70 e CM – 30, conforme asseverado na resposta do Secretário Municipal de Obras, o que não são os produtos a serem licitados, que são o cimento asfáltico CAP 30-45, emulsão asfáltica RM-1C, mas tão somente o asfalto diluído CM-30.

Diante do exposto, opino pelo indeferimento da impugnação.

Em 18 de agosto de 2025.

VICTOR HUGO LAGRTECA CASAMASSO
Advogado do Município
OAB/RJ 88801 – Mat. 1481





MUNICIPIO SÃO JOSE DO VALE DO RIO PRETO

RUA PROFESSORA MARIA EMÍLIA ESTEVES, Nº 691 - CENTRO

SJVRP/RJ - CEP: 25780-000

FONE (24) 2224-7404



CÓDIGO DE ACESSO

05C75ED49A1245718DD6DA6C33285C96

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://sjvriopreto.flowdocs.com.br/public/assinaturas/05C75ED49A1245718DD6DA6C33285C96>